

Os moradores de rua e o trabalho: o limiar deste mundo complexo

The homelesses and working: the threshold of this world complex

Los residentes de las calles y el trabajo: el umbral de este mundo complejo

Le sans domiciles fixes et le travail: le seuil de ce monde Complexe

*Silvana Garcia de Andrade Lima**
*Carlos Américo Leite Moreira***

Resumo: Neste breve ensaio buscaremos discutir a questão do trabalho como definidor das vidas dos moradores de rua, suas implicações e impactos diante dos mesmos, bem como seu sentido e representação. Tentaremos estabelecer conexões com o mundo do trabalho e a população em situação de rua, encontrando o ponto de equilíbrio entre estes dois mundos.

Palavras-chave: Moradores de rua, Trabalho, Exclusão Social

Abstract: This brief paper discussing the question of defining work in the homelesses lives, its implications and impacts on them, as well as its meaning and representation. It tries to establish connections with the world of work and the population at street, finding the balance between these two worlds.

Keywords: homelesses, Labor, Social Exclusion

* Mestre em avaliação de políticas públicas pela Universidade Federal do Ceará (Mapp/UFC), assistente social da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), professora colaboradora na Faculdade Terra Nordeste (FATENE) e na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Ceará, Brasil. E-mail: silvanagarcialima@hotmail.com.

** Doutor em economia pela Universidade Paris XIII, professor e pesquisador do departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará (UFC), membro dos Programas de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (Mapp) e em Logística e Pesquisa Operacional, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC), Ceará, Brasil. E-mail: moreiraamerico@ig.com.br.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir o fenômeno do morador de rua que faz do espaço público sua morada e da sua presença uma das expressões da exclusão social, bem como sua confluência com a questão do trabalho. Sobreviver das ruas se expressa como elemento da sociedade contemporânea. É um fenômeno social e se consolida devido à naturalização da pobreza e da questão social, perpassa também pela questão do desemprego estrutural.

Pensar essa população é pensar uma categoria social que tem por característica básica a multidimensionalidade, isto é, várias facetas de uma só realidade. Nesse sentido, a rua abriga uma diversidade de histórias de vida difícil de ser observada de um só ângulo.

Desta forma, os problemas identificados, as políticas públicas e as pesquisas voltadas para este grupo devem também ser antes de tudo, multifacetadas, ou seja, não devem ser tratadas a partir de uma área do conhecimento, específica, ou de forma setorial, sob o risco de não se alcançar estas pessoas e seus verdadeiros problemas. (Ferreira; Machado, 2007, p.05).

De maneira geral, observa-se nas grandes cidades do país, e mesmo em outros países, uma população flutuante que pernoita em vários locais e que são consideradas pessoas em situação de rua. Os cenários das grandes cidades do mundo apresentam atualmente essa característica.

Segundo as Nações Unidas todos aqueles que não só vivem na rua, mas também estão em condições que não atendem a necessidades e padrões mínimos de habitabilidade, isto é, que moram em cortiços e favelas sem o mínimo de dignidade são considerados *homeless*. No mundo estima-se em cem milhões essa população, sendo que destes, vinte milhões viveriam na América Latina. (Vieira, 1992).

Todos esses aspectos devem ser tomados como referência neste estudo para compreendermos como é o universo do morador de rua, seus desejos, suas aspirações, seu modo de se relacionar com o mundo do trabalho, enfim, seu mundo, que é muito particular e decerto destoa com o do senso comum.

O Brasil, os Moradores de Rua e o Trabalho

No fim do século XX com a reestruturação global do capitalismo, manifestam-se as transformações societárias, na complexidade da dimensão econômica, sociopolítica e cultural e se observam as mudanças dos números da pobreza, evidenciando novas categorias como os “sem-trabalho” e os “sem-lugar”. No Brasil da contemporaneidade, conforme nos coloca Carvalho,

“considerar a tessitura histórica recente se faz em meio a dois processos estruturais fundantes e em curso que, contraditoriamente, se articulam com perspectivas políticas distintas: o processo de democratização [...], constituindo o Estado Democrático, ampliado pela via da política, e o processo de inserção do Brasil à nova ordem do capital [...] que converte o mercado em único critério de realidade [...]. (Carvalho, 2005, p. 01)

Nessa perspectiva, se manifestam inúmeros conflitos na sociedade decorrentes da questão social, que diz respeito às desigualdades sociais produzidas pela sociedade capitalista, e encontra sua origem na contradição entre produção coletiva do trabalho e apropriação privada do produto desse trabalho. “Gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (Iamamoto, 2001a, p.16)

Podemos afirmar que a sociedade do capital vai ainda mais além, descartando aqueles que não a interessam, como coloca Bauman, “outro aspecto, muito mais seminal – embora esteja longe de ser reconhecido e abordado –, é que na área do planeta comumente compreendida pela idéia de “sociedade” não há um compartimento reservado ao refúgio humano” (Bauman, 2005, p.21). O ser humano passou a ser tão descartável quanto os dejetos, os restos, o lixo.

As relações também são descartáveis, as

peças se relacionam com o mundo de forma a rejeitar o outro, logo que o desejo cesse; tais relações se tornam quase “coisas”, mercadorias. “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza delas, provenham do estômago ou da fantasia”. (Marx, 1998, p.41).

A sociedade capitalista acaba por coisificar as pessoas, dando a elas uma importância que não é relativa a si, mas ao que elas possuem ou podem oferecer ao outro. Desta forma, desvalorizando o indivíduo e suas relações com o outro.

No imaginário popular, ter um trabalho e subsistir a partir dele é fundamental, pois desta feita é possível entrar na ciranda da sociedade do capital.

O trabalho pro morador de rua é mais difícil por causa do preconceito (...), eu não arranjo um emprego por não ter roupas adequadas, um calçado bom. Com certeza se eu chegar pruma entrevista de emprego vestindo essas roupas eles não vão deixar nem eu entrar, eles julgam pela aparência.(...) O morador de rua empregado, não precisava ser nem de carteira assinada, mas ele tendo um emprego fixo que tivesse uma boa renda ele deixaria de ser um morador de rua ou então só ele gostando muito da rua. (Wellington, 24 anos)

Deste modo, o homem é o primeiro ser que conquistou certa liberdade de movimentos em face da natureza. Através dos instintos e das forças naturais em geral, a natureza dita aos animais o comportamento que eles devem ter para sobreviver. O homem, entretanto, graças ao seu trabalho, conseguiu dominar em parte, as forças da natureza, colocando-as a seu serviço.

Os animais também trabalham e produzem, porém somente para atender as exigências práticas imediatas, exigências materiais diretas dos mesmos ou de seus filhotes, portanto, não podendo ser livres ao trabalhar, pois a atividade dos mesmos é determinada unicamente pelo instinto ou pela experiência limitada que podem ter. A grande diferença entre os dois reside no planejamento da ação,

na capacidade que o homem tem de projetar seu trabalho, possuindo a escolha de como alcançar seus objetivos.

O trabalho é a condição de uma atividade concreta, condição básica de toda a história da humanidade, haja vista que a sociedade não para de consumir, nem de produzir. As necessidades sociais e a maneira de como satisfazê-las são produtos históricos, portanto, criadas continuamente. “É uma atividade essencial do homem, sua atividade livre e consciente” (Iamamoto, 2001b, p.40).

Sob esse olhar, o trabalho humano é um trabalho incontestavelmente útil, sendo necessário para manter a existência material do ser e a sociabilidade entre os seres humanos. O aspecto reservado ao trabalho, tido como motor natural da sobrevivência nos remete a refletir sobre alguns pontos, tendo em vista que para a sociedade humana o trabalho tem uma carga importantíssima. São ancorados nesse conceito vários sonhos, imaginários de mudança de vida, de saída de condição de crise, enfim depositadas, muitas vezes, as esperanças de um “milagre” que o indivíduo aguarda que aconteça.

No que tange especificamente ao morador de rua, o discurso da saída da rua está muitas vezes pautado nessa alegação, sempre apontando para a retomada sua dignidade outrora perdida, através da entrada no mercado de trabalho. Certos que sua trajetória de rua ou sua desgraça estão colocadas devido a falta de trabalho, e tudo poderia ser mudado, quase como num conto de fadas, caso uma oportunidade de trabalho lhes fosse oferecida.

Todavia, sabe-se que na década de 1980 houve o início da fase da descontração das relações formalizadas de trabalho em todos os níveis e setores da economia. Esse processo se agudiza no decênio posterior, quando o Brasil, marcado por uma nova ofensiva burguesa, vai adaptando-se ao capitalismo mundial, implicando diretamente no mundo do trabalho.

Diante deste quadro situacional, os anos 1990 foram marcados pela desestruturação do mercado de trabalho, com a redução do emprego de carteira assinada e a expansão do desemprego e das ocupações em que não se utiliza de salário permanente, como por exemplo, empresas familiares, trabalhadores

avulso, vendedores ambulantes, guardadores de carros, entre outros. A drástica diminuição de ocupações nas áreas industriais, nesse período, também foi um fator que contribuiu para a expansão do exército de reserva (Silva, 2006).

Houve uma mudança expressiva na sociedade e muitas categorias foram atingidas pelas transformações no mundo do trabalho advindas da reestruturação produtiva, expressas por Pochmann (2001) quando coloca que, entre 1986 e 1997, os postos de trabalho que mais perderam espaço foram àqueles vinculados a uma maior qualificação profissional, em parte, ligada ao setor industrial, como por exemplo, carpinteiros, trabalhadores em calçados, fiandeiras, técnicos eletricitistas, alfaiates, modistas. A redução desses postos de trabalho contribuiu para o aumento do exército industrial de reserva, repercutindo no fenômeno da população em situação de rua¹.

Em contrapartida, ainda segundo o autor, no mesmo período, outros postos de trabalho tiveram ampliação, foram os trabalhadores do comércio, professores do ensino médio, trabalhadores da construção civil, garçons, padeiros, confeitadores, trabalhadores da pecuária e agropecuária, telefonistas, trabalhadores de limpeza e conservação.

Em relação ao século XX percebe-se que:

A principal ocupação criada nos anos 1990 foi a de empregado doméstico, responsável por 23% de todas as vagas abertas. Logo depois vem a ocupação de vendedor, que respondeu por 15% do total de postos de trabalho abertos, seguido da construção civil (10%), dos serviços de asseio e conservação (8%) dos serviços de segurança (6%) (Pochmann 2001b apud Silva 2006, p.165).

De acordo com o pensamento de Silva (2006), essas mudanças têm intrínsecas ligações com o fenômeno de se morar nas ruas, durante este período, haja vista as pesquisas² realizadas apontarem que as ocupações desenvolvidas pelos moradores de rua, antes de se encontrarem nesta condição, eram exatamente aquelas que perderam postos de trabalho, mas que exigiam certa qualificação para seu exercício (eletri-

cista, carpinteiro, sapateiro, pintor, manobrista, motorista etc). Por outro lado, quando adentraram no mundo das ruas, vincularam-se às ocupações cada vez menos qualificadas, para dar conta da sua necessidade da sobrevivência (catadores de materiais recicláveis, guardadores de carros, flanelinhas, engraxates etc).

Ainda sobre esse assunto, a autora discorrendo sobre as ideias de Pochmann, afirma que a população de rua tem sempre atividades produtivas voltadas para segmentos ocupacionais não organizados, como acima descritos, estando estas ocupações subordinadas à dinâmica do capitalismo. Esse grupo populacional insere-se no exército industrial de reserva, principalmente no *lupem-proletariado* (parte da pobreza, que é apta ao trabalho, mas não exerce atividades trabalhistas devido às próprias características do sistema capitalista que não oferta vagas para todos).

Também o desemprego, um drama na trajetória dos indivíduos, é um aspecto relevante que faz as pessoas perderem muitas vezes o teto, a consideração social, e até mesmo a autoconsideração. A vergonha, a comisseração, o sentimento de derrota e desalento são dramas presentes nas pessoas que engrossam as estatísticas dos institutos de pesquisa. De acordo com o que nos coloca Forrester;

Não é o desemprego em si que é nefasto em si, mas o sofrimento que ele gera e que para muitos provém de sua inadequação àquilo que o define, àquilo que o termo "desemprego" projeta, apesar de fora de uso, mas ainda determinando seu estatuto. O fenômeno *atual* do desemprego já não é mais aquele designado por essa palavra, porém, em razão do reflexo de um passado destruído, não se leva isso em conta quando se pretende encontrar soluções e, sobretudo, julgar os desempregados. (Forrester, 1997, p.10)

O fato é que o desemprego não atinge apenas alguns setores da sociedade, é um fenômeno cruel e se dissemina ao passo que os indivíduos vítimas desse sistema são ludibriados por promessas fantasiosas de restabe-

lecimento de trabalho, através de cursos profissionalizantes ou coisas do gênero. “Um exemplo disso são as instituições voltadas à qualificação e ao treinamento profissional, que atuam, muitas vezes, sem grande articulação entre si e de forma segmentada, gerando eficácia contestada” (Pochmann, 2001, p.125).

Entretanto, a discussão vai para além da capacitação para o mercado de trabalho, de acordo com Telles (1999) não há lugar para os desempregados e excluídos no momento atual do capitalismo globalizado, a pobreza revela a incapacidade de adequação ao progresso contemporâneo para aqueles que, por falta de capacitação ou/e competência, se tornaram dispensáveis pela sociedade, são os chamados “inempregáveis”.

Esse processo resulta na reflexão da marginalização impiedosa a qual leva os indivíduos a considerar-se responsáveis pela condição de degradação em que se encontram. Julgam-se indignos e não “enquadráveis” nos padrões exigidos pelos ditames da sociedade. Eles se acusam daquilo de que são vítimas. “Pois não há nada que enfraqueça nem paralise mais que a vergonha (...) daí o interesse do poder em recorrer a ela e a impô-la; ela permite fazer a lei sem oposição, e transgredi-la sem temor de qualquer protesto”. (Forrester, 1997, p.12). A população de rua é ainda mais estigmatizada, pois encarna as contradições básicas do modo capitalista de produção, isto é, a falácia que todos têm as mesmas oportunidades, e a evidência que a produção seja social e a apropriação dos ganhos seja individual, estando à população de rua no cerne da questão.

Os primeiros anos dos séculos XXI trouxeram a continuidade do crescimento do setor de serviços, enquanto as indústrias enxugavam seus quadros de funcionários, além de adentrar na perspectiva da terceirização de alguns setores como alimentação, limpeza e segurança. Muito embora os setores de serviços tenham absorvido os descartados pela indústria, não foi possível compensar o grande número de contingente de mão de obra, contribuindo para o aumento do desemprego no país. Muitas mudanças afetaram, em seu conjunto, o mundo do trabalho, manifestadas pela precarização das condições de trabalho, pela redução do emprego com registro em carteira, pelo aumento dos trabalhos tem-

porários, pela redução da proteção social e do conseqüente agravamento da pobreza. Nesse contexto, se dá o acirramento da questão social, tendo como pano de fundo o fenômeno da população de rua que se expressa na sociedade contemporânea.

Outro aspecto importante a ser destacado é que qualquer discussão sobre população de rua deve se fundamentar nas alternativas que o poder público pode e deve oferecer a esse segmento enquanto política pública diante de uma situação tão delicada e complexa como esta, entendendo que esta questão leva efetivamente a outros meandros, como por exemplo, o desespero social que pode conduzir à droga, à violência enfim a um contexto desgastado do tecido social. Lembrando que o desemprego constitui um dos elementos de maior dificuldade de ordenamento no atendimento social.

Ao contrário de outras experiências de políticas públicas como em relação ao problema da doença e da ignorância, que registram a presença de sistemas de atenção à saúde e à educação, o desemprego no Brasil segue tratado como um problema menor, na maioria das vezes identificada pelas autoridades governamentais como de ordem individual, mais privado do que público. (Pochmann, 2001, p.124)

Ao nos depararmos com um atendimento que tem como pano de fundo a questão do desemprego, percebemos nitidamente a necessidade do investimento de serviços públicos de amparo a essa categoria, onde pudessem ser abertos espaços para ações integradas entre as diversas políticas, no sentido de empoderar os indivíduos na sua autonomia, como orientação para o trabalho e intermediação de mão de obra; atendimento e encaminhamento aos benefícios sociais; operacionalização de linhas de crédito popular; retirada de documentação; atendimento à saúde, entre outras ações.

Desta feita, o discurso desgastado do morador de rua que o trabalho lhe resgataria a cidadania, muitas vezes é contestado veementemente pelos técnicos e profissionais da área, no sentido de indicarem que a relação do mesmo com o trabalho é importante

em alguns aspectos para a superação da condição de rua. Entretanto, o seu comprometimento global é mais sério que apenas um elemento em questão, pois envolve posicionamentos perante a vida, sobre si, subjetividade, perda dos laços afetivos.

A solução dos problemas econômicos, elas não vão determinar isso, agora isso é interessante porque no discurso dos moradores de rua a questão econômica é que aparece como mais visível, só que nos atendimentos, nas conversas, enfim, nos atendimentos, a gente percebe que existe uma questão maior, mas como a questão econômica é mais palpável é mais material, pela escassez das coisas materiais ela parece mais visível, mas as questões subjetivas elas são muito mais profundas e muito mais significativas na situação da rua que a questão econômica (Depoimento da assistente social Andréa Cortez).

No que tange a perda dos vínculos familiares, o morador de rua apresenta um isolamento do núcleo familiar que gera sérias implicações, dentre elas, o fato de "não ter lugar no mundo", não ter para onde voltar e ser amparado, isto é, gera um sentimento de estar sozinho no mundo³. Alguns têm problemas de dependência química (álcool e drogas) antes já mencionado, que os incapacita para o trabalho, problemas relacionados com transtornos mentais, sérios problemas emocionais e de relacionamento familiar que, em última análise, os afasta da dimensão da família.

Afora isso, devemos considerar que a grande questão realmente reside no que vem sendo debatido pelo meio acadêmico nos últimos tempos, que é o fenômeno da exclusão. Deixou-se, portanto de falar de pobreza e desigualdade social para se falar em "exclusão social", por todos os setores da sociedade.

No debate acadêmico que ganhou força na década de 1980, era fundamental a distinção entre pobreza e exclusão social que, como coloca Escorel (1999), à época era tido como conceito de "nova pobreza". Essa denominação não se refere a uma nova forma de ser pobre, e sim a grupos populacionais que se pauperizaram em massa e que poderiam até

estar inseridos socialmente por meio de benefícios assistenciais e do sistema econômico, mas que acabaram por juntar-se aos já tradicionais pobres. Desta forma, houve o achatamento da classe média e muitos destes migraram para o lado mais fraco da balança.

A pobreza traz em si a questão da destituição, da falta, do não acesso à renda, a serviços de saúde, educação, habitação, entretanto, gera a expectativa de superação da condição de pobreza através do trabalho exaustivo, mas honesto e da educação. Yasbek conduz esse debate dizendo que a pobreza "expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas de sobrevivência" (1993, p. 62,63). Nesse destaque, Castel (1998) favorece a denominação "desfiliação" em detrimento de exclusão social, já que para ele em primeira análise, há uma ruptura da rede de integração primária, ou seja, sistema de regras que faz o grupo ter o sentimento de pertence ao local que se vincula e não uma expulsão da sociedade como um todo.

[...] exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas. (...) Os "excluídos" são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam "por um fio" e que caíram. (...) dos trabalhadores qualificados que se tornam precários, dos quadros bem considerados que podem ficar desempregados. (...) Encontram-se *desfiliaados*, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos: foram desligados, mas continuam dependendo do centro (Castel, 1998, p.569).

Outros autores também trazem para esse terreno fértil suas contribuições que fazem deste debate uma discussão muito interessante de ser realizada, tanto que Reis e Schwartzman (2003) discorrem a respeito, relacionando exclusão social intrinsecamente a cidadania, dado os indivíduos viverem em so-

cidade e não terem acesso aos bens e serviços de cidadania. Já Singer (1999) coloca que a exclusão social é nada mais que a miscelânea dos vários processos de exclusão que a sociedade enfrenta, quais sejam, a questão de gênero, de raça, de religião, dentre outros.

Nesse contexto, a Política Nacional de Assistência Social (2004, p. 36) afirma que “além de privações e diferenças de acesso a bens e serviços, a pobreza associada à desigualdade social e a perversa concentração de renda, revela-se numa dimensão mais complexa: a exclusão social”. Diante de todas as argumentações desenvolvidas até aqui, acredito que o morador de rua é um segmento excluído socialmente e concordo com as considerações de Escorel (1999) quando explica o mundo dos habitantes da rua a partir do processo de ruptura desde a precarização do trabalho até a expulsão do mercado. Esse processo de ruptura social é, sem dúvida nenhuma, um isolamento do mundo, das instituições, da família.

Deste modo, a exclusão social é um fenômeno que vem se agudizando e tomando corpo nos últimos anos exigindo do Estado sua presença com respostas eficazes para a minoração dos efeitos funestos que possa causar. Para responder a sociedade, a forma que tem sido encontrada para o enfrentamento das questões que a assolam é a Política da Assistência Social, através de programas assistenciais diluídos nas demais políticas de saúde, educação, habitação dentre outras.

Nessa perspectiva, o poder público municipal conclamou a participação, através do GT-Grupo de Trabalho População de Rua, as instituições governamentais e não governamentais do município de Fortaleza, a fim de discutir a criação de uma política inclusiva e intersertorial para os moradores de rua, pautada na proposta da política nacional de inclusão para moradores de rua, atualmente em construção por técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

É importante ressaltar que as organizações não governamentais – ONG's - são elementos importantes para o enfrentamento da pobreza, através da prestação de serviços, muitas vezes nas lacunas deixadas pelo Estado. Algumas delas são subsidiadas pelo Poder Público que, conforme convênio firmado, repassa recurso para as mesmas exe-

cutarem serviços sociais. Em Fortaleza, no caso dos moradores de rua, existe uma instituição conveniada que recebe recurso municipal para trabalhar com essa demanda, conhecida como Albergue Shalom.

Diante desse contexto, a consolidação de uma política pública para população de rua em Fortaleza passa por diversas questões, entre elas a discussão entre os setores da sociedade civil organizada, o poder público, a vontade política, a desconstrução da imagem dos nômades da rua como “vagabundos”, a retomada da consciência de um indivíduo que é sujeito de direito, e principalmente da mobilização do povo da rua que deve ser protagonista de sua própria história.

Considerações Finais

Discutir acerca da temática de pessoas em situação de rua à luz da questão do trabalho na sociedade brasileira, resgatando as diversas sociabilidades desse segmento populacional, foi para nós um desafio árduo e complexo, no sentido de tentar compreender os meandros pelo qual se enveredam esses caminhos.

Entretanto, é inequívoco dizer que também foi fundamental realizar esse estudo para entendermos as diversas teias de relações que se estabelecem na sociedade contemporânea em que vivemos e os novos arranjos econômicos que se processam no mundo do trabalho.

Para tanto, discutimos acerca da temática moradores de rua e entendê-los como indivíduos que, apesar de estarem em meio à multidão, não aparecem na mesma, mas apenas tornam-se “pessoas” aos olhos dos outros à medida que passam a incomodar, foi elemento poderoso para discussão dos rumos da sociedade brasileira.

À sociedade capitalista cabe o papel de coisificar as relações e as pessoas, desconsiderando as emoções ou ainda a subjetividade de cada indivíduo; nesse sentido, foi revelador descortinar o véu da obscuridade que ronda esse tema navegando na sinuosidade da realidade do morador de rua.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho. *Assistência social como política de proteção social no Brasil Contemporâneo: direitos a garantir e metas a perseguir*. VI Conferência Estadual de Assistência Social, outubro, 2005.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução Iraci D. Poleti, Petrólis-RJ: Editora Vozes, 1998.
- ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Tradução Álvaro Lorencini, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano 2, nº 03, Brasília-ABEPSS, 2001a.
- _____. *Trabalho e Indivíduo Social*. São Paulo: Cortez, 2001b.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – 2004*. Brasília, 2004.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- REIS, Elisa Pereira; SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza e exclusão social: aspectos sócio-políticos*. [S.l.,s.n.], 2003.
- SILVA, Maria Lúcia Lopes. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população de rua no Brasil 1995-2005. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade de Brasília, DF.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- TELLES, V. Silva. A "Nova Questão Social" brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. *Caderno CRH. Revista do Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia*. n 30/31, jan/dez, Salvador, EDUFBA, 1999.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

Resumen: En este breve ensayo buscamos debatir la cuestión de la definición del trabajo en la vida de los residentes de las calles, sus consecuencias y los impactos sobre ellos, así como su significado y representación. Traté de establecer conexiones con el mundo del trabajo y el pueblo en las calles, así como encontrar el equilibrio entre estos dos mundos.

Palabras-clave: residentes de las calles, Trabajo, exclusión social.

Resumé: J'ai comme but dans ce bref essai discuter à propos de la question de la définition de travail que la vie des habitants de la rue, ses conséquences et des impacts en face d'eux, ainsi que son sens et sa représentation. J'ai essayé d'établir des connexions avec le monde du travail et les personnes à la rue, de trouver l'équilibre entre ces deux mondes.

Mots clés: Sans Domicile Fixe, Emploi, exclusion sociale

Notas

- 1 Esse elemento pode ser comprovado no cotidiano do nosso trabalho quando conversamos com os moradores de rua e eles informam suas antigas ocupações.
- 2 Pesquisas realizadas em Porto Alegre (1994/1995), Belo Horizonte (1998), São Paulo (2000).
- 3 Isto é comprovado nos depoimentos dos moradores de rua o qual colocam, não raro, que o fato de serem órfãos (independentemente da idade que tenham), faz deles pessoas sem ninguém e sem rumo.